Instituto Superior de Economia
CENTRO DE ESTUDOS DA DEPENDÊNCIA - CEDEP

TL1332-2

Situação socio-económica, recursos e perspectivas de desenvolvimento do Sudeste Asiático

F. Marques Reigado (*)

Nota introdutiva

É conveniente, quer do ponto de vista estratégico, quer do ponto de vista socioeconómico, enquadrar o sudeste asiático na Bacia do Pacífico onde ocupa posição de relevo.

Com uma extensão máxima de 15.200 Km do sentido N-S. e de 16.900 Km no sentido L-W, a Bacia do Pacífico ocupa mais de um terço da superfície terrestre e quase 50% da superfície liquida total. A sua profundidade média é de 4.300 metros situando-se o ponto mais profundo em Mariana Trench com 11,25 Km. O fundo oceânico é constituido por cadeias montanhosas submarinas cujos cumes se distribuem pelos grupos de Micronésia, Melanésia e Polinésia.

A enorme extensão norte-sul e as grandes diferenças de altitude são os principais factores responsáveis pela grande heterogenidade climática influenciando assim uma riqueza agrícola e florestal extremamente diversificada.

No subsolo acumulam-se enormes riquezas minerais (talvez as maiores do mundo) desde fosfatos, níquel, cobre, magnésio e manganésio ao urânio, ouro, etc.

Dentro da Bacia do Pacífico merece especial relevo o Sudeste Asiácico pela posição geoestratégica, pela situação económica e social e pelas potencialidades de desenvolvimento que, a tornarem-se efectivas, terão inevitávelmente profundas consequências na dinâmica e estrutura da economia muundial. Na impossibilidade de abarcar todos os países e ilhas daquela zona darei particular relevo aos países da ASEAN (Indonésia, Brunei, Singapura, Malésia, Filipinas e Tailândia) sem deixar de referir outros países da zona (Coreia do Sul, e China, Pap. Nova Guiné, Japão e Hong-Kong).

(*) Assistente do ISE, colaborador do CEDEP e membro da direcção do CEDE

O quadro 1 que a seguir apresentamos mostra a superficie, população, Produto Nacional Bruto, produto e consumo per capita para um número significativo de países da Bacio do Pacífico. A falta de dados estatísticos actualizados não permitem incluir todos os países e territórios não autónomos. A lista é contudo suficientemente representativa para se concluir pelas enormes diferenças de dimensão, de densidade populacional e de nível de rendimento e de consumo per capita.

Notemos, por exemplo que o rendimento per capita variava em 1982, desde 290 dólares na China Popular a 21.140 dólares no Brunei. Acima dos 1.000 dólares situam-se todos os países da América do Norte e quase todos os da América Latina (excepto El Salvador, Honduras e Nicarágua) os países de oceânia com excepção de Papua Nova Guiné, Salomão e Samoa e ainda os países asiáticos Brunei, Coreia Democrática e Coreia do Sul.

Quadro 1: Caracterização genétrica

País	Superficie em Km2	População (Número de habitantes) (1982)	PNB a preços de mercado aos milhões de dólares (1983)	PNB per capita (1983)	Consumo per capita em dólares (1982)
Austrália	7.686.848	15.174.700	166.230	10.780	6.377
Brunei	5.765	240.000	4.420	21.140	—
Canadá	9.976.139	24.625.000	300.400	12.000	7.345
Chile	756.945	11.487.112	21.890	1.870	1.883
China Popular	9.596.961	1.020.673.000	301.840	290	136
Colômbia	1.138.914	26.928.000	38.830	1.410	1.395
Coreia Democrática	120.538	18.750.000	20.500	1.005	—
Coreia do Sul	98.484	39.330.000	80.310	2.010	1.064
Costa Rica	50.700	2.324.257	2.420	1.020	790
El Salvador	21.393	4.998.643	3.690	700	397
Equador	283.561	8.945.000	11.690	1.430	735
EUA	9.372.614	232.057.000	3.292.340	14.090	9.241
Fidgi	18.272	658.000	1.190	1.790	1.263
Filipinas	300.000	50.740.000	39.420	760	523
Guam	549	105.816	690	6.070	—

País	Superfície	População
Guatemala	108.889	7.698.000
Hong Kong	1.061	5.230.000
Honduras	112.088	3.955.116
Indonésia	1.904.569	153.032.000
Japão	372.313	118.449.365
Macau	16	293.000
Malásia	329.749	14.765.000
México	1.972.546	73.010.600
Nicarágua	130.000	2.918.000
Nova Caledônia	19.058	144.000
Nova Zelândia	268.676	3.358.200
Panamá	77.082	2.043.153
P. Novo Guiné	461.691	3.093.700
Perú	1.285.216	18.790.300
Salomão	28.446	246.000
Samoa	2.842	159.000

PNB a preços de mercado aos milhões de dólares (1983)	PNB per capita (1983)	Consumo per por capita em dólares
8.890	1.120	784
31.900	6.000	—
2.740	670	356
87.120	560	961
1.204.270	10.100	5.725
780	2.560	—
27.760	1.870	961
168.070	2.240	1.877
2.690	900	555
1.140	7.790	1.307
24.000	7.410	4.176
4.070	2.070	909
2.510	790	521
18.650	1.040	1.133
160	640	—
80	510	—

País	Superfície em Km2	População (1982)
Singapura	581	2.471.800
Tailândia	514.000	48.490.000
Taiwan	35.981	18.200.000
Tonga	748	100.000

PBN a preços de mercado aos aos milhões de dólares (1983)	PBN per capita (1983)	Consumo per capita em dólares (1982)
16.560	6.620	3.200
40.380	810	442
32.230	1.770	—
80	780	499

EM QUE CONDIÇÕES VIVEM OS POVOS DO SUESTE ASIÁTICO

É difícil caracterizar a situação sócio-económica do Sueste Asiático devido à grande heterogeneidade. Contudo, não resistimos à tentação de o fazer chamando a atenção para os necessários cuidados na extrapolação de conclusões baseadas em estatísticas nem sempre actualizadas e cuja qualidade está, de algum modo, relacionada com as próprias condições de vida dos povos que se propõem espelhar. Ainda assim, não deixa de ter interesse e oportunidade a descrição do panorama social da massa humana, que vive numa zona onde se concentra um poderio militar e um potencial de destruição que posto em acção destruiria vários planetas da dimensão do que habitamos.

A zona asiática do Pacífico e alguns países e pequenas ilhas da Oceânia (excepto a Austrália e a Nova Zelândia), constituem realidades sociais diferenciadas em culturas e modos de vida, cujo conhecimento nos exigiria um trabalho importante e aliciante para o qual não nos sentimos preparados nem vocacionados.

Notemos, por exemplo, que, a par da China, com mais de 1.000 milhões de habitantes, da Indonésia com 160 milhões, Japão com cerca de 120 milhões, encontramos, por exemplo, o Kiribati com cerca de 60.000 habitantes, ou Niue com menos de 4.000 habitantes, Tonga com cerca de 97 mil habitantes.

As diferenças em extensão geográfica não são menos significativas. Assim, mesmo abstraindo da China com uma superfície de quase 9,6 milhões de Km^2, encontramos a Austrália com mais de 7 milhões de Km^2, a Indonésia com quase 2 milhões de Km^2, a par de, por exemplo de, o Tuvalu com 26 Km^2, ou mesmo o Kiribati com pouco mais de 700 Km^2.

E, nem sempre as diferenças na dimensão geográfica e populacional coincidem com as diferenças nas condições sócio-económicas. Verifica-se sim, que as desigualdades no nível de rendimento e de condições sociais são tão acentuadas que tiram qualquer significado às análises baseadas em indicadores médios para a zona.

O Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, Singapura, Brunei e Naru têm rendimentos per capita, taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo, que os colocam em boa posição no conjunto dos países industrializados. Não faz qualquer sentido incluir este grupo de países na análise das condições sócio-económicas dominantes na maioria dos países do Sueste Asiático e da Oceânia.

Nos restantes países da Ásia insular, 50 % da população vive da agricultura, onde trabalha também um pouco mais de 50 % da população activa, enquanto na Oceânia apenas 6 % da população depende daquele sector. Em 1983, passava já de 400 milhões o número de habitantes nos países pobres da Ásia insular, dependendo mais de 200 milhões da actividade agrícola, cuja contribuição para o valor acrescentado bruto não atingia os 25 %.

Na Indonésia, por exemplo, o emprego na agricultura representa 57 % do total e contribui apenas com 22 % do valor acrescentado bruto.

A leitura do quadro 2, mostra que o produto interno bruto (PIB), per capita do "grupo dos pobres", se situa, geralmente, abaixo dos mil dólares, encontrando-se a Indonésia no grupo dos mais pobres com menos de 600 dólares. São geralmente elevadas (*) as taxas de analfabetismo. As mais elevadas encontrámo-las no Vanuatu (80 %) e na Papua Nova-Guiné (60 %). A Malásia, a Indonésia e o Brunei têm taxas de analfabetismo próximas dos 30 %, enquanto nos restantes países da Oceânia são geralmente mais baixas.

O consumo diário de calorias, por habitante, ultrapassa, na maioria dos casos, as 3.000 unidades, mas, em contrapartida, a receita proteica diária só na Nova Zelândia e no Kiribati atinge os 100 gramas. Esta situação de subalimentação em proteínas não resulta apenas da má racionalização da receita alimentar, mas, sobretudo, do nível alimentar extremamente baixo em valores absolutos. Na maioria esmagadora dos países,

---

(*) As taxas de analfabetismo são, contudo, bastante mais baixas do que as dos países africanos.

o consumo per capita situa-se abaixo dos mil dólares. E, embora tenha de ressalvar-se o facto de parte do consumo fugir ao controlo estatístico, devido ao elevado peso do sector de subsistência e ter presente que a própria informação estatística é de rigor duvidoso, ainda assim, não deixam de ter significado consumos per capita de apenas 327 dólares (Indonésia) ou 442 dólares (Tailândia), quando comparados com os países industrializados, cuja média se situa muito acima dos 5.000 dólares, pese embora as diferenças culturais de modos de vida e de nível de preços.

O baixo nível nutritivo que, como mostraremos mais adiante, não resulta de condições naturais adversas, não deixa de ter consequências na mortalidade infantil e na esperança média de vida à nascença, situação que é ainda agravada pela falta de saneamento básico e pela insuficiente e mal distribuida assistência médica. Assim, o número de habitantes por médico, que na Austrália é de cerca de 560, atinge na Tailândia os 7.300, na Malásia 7.600, nas Ilhas Salomão 6.666, na Indonésia 11.740 e na Micronésia 14.103 habitantes.

A mortalidade infantil atinge níveis bastante diferentes de país para país, revelando uma clara relação entre, por um lado, o consumo médio por habitante e a assistência médica e, por outro, as taxas de mortalidade infantil. Assim, enquanto a Austrália, Nova Zelândia, Nauru e Japão têm taxas de mortalidade infantil inferiores a 20 % , na Tailândia e nas Filipinas atingem os 59 % , na Indonésia 98,7 % e na Papua Nova-Guiné 111 % .

A mesma relação se verifica no que se refere à esperança de vida, ainda que neste caso com menos evidência. Austrália, Nova Zelândia, Singapura, Fidji e Japão ultrapassam os 70 anos, enquanto na Indonésia, no Vanuatu e Salomão a esperança de vida não atinge ainda os 50 anos.

Existe uma situação sócio-económica de miséria propícia à aceitação do capital estrangeiro. Refira-se, ainda, que os indicadores apresentados se referem a valores médios da população de cada país, não reflectindo as enormes desigualdades sociais dentro de cada um deles.

Quadro 2
ALGUNS INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

PAÍSES OU ZONAS	Mortalidade infantil em % (1982)	Esperança de vida (1975/80)	Taxa de analfabetismo % (1982)	Consumo diário de proteínas por habitante (1980)	Consumo diário de calorias por habitante (1980)	Número de habitantes por médico (1982)
Brunei	20	62	30(a)	78,7	2.664	2.130
Filipinas	59	61	11	51,7	3.119	2.860
Indonésia	98,7	48	32,5	94,3	3.533	11.740
Malásia	33	64	30,5	-	3.565	7.600
Singapura	13	72	21	81,6	3.100	1.140
Tailândia	59	61	14,2	78,1	2.301	7.300
Austrália	11,0	75	0	90,4	3.055	560
Fidji	40	71	17,5	-	-	2.100
Kiribati	48,9	58	9,9	101,3	3.511	2.308
Micronésia	36,6	-	-	-	-	-
Nova Caledónia	30,2	-	8,7	-	-	1.037
Nova Zelândia	12,0	73	1,0	114,8	3.572	635
Papua Nova-Guiné	111	51	60,5	46,7	2.286	14.103
Salomão	52,4	41	40	44,1	2.134	6.666
Samoa	13,7	63	2,2	50,4	2.289	2.884
Tonga	20,5	55	0,5	66,7	3.221	3.333
Tuvalu	61	-	-	-	-	3.000
Vanuatu	23,1	44,6	80	-	-	3.571
Coreia do Sul	36,7	65	12,4	84,6	3.056	1.438
Coreia Democrática	36,7	64	10	84,6	2.995	2.500
Hong Kong	12,0	74	22,7	82,1	2.771	1.093
China	38,0	67	31,0	58,6	2.462	2.630
Japão	8,0	76	0,8	88,7	2.852	745
Kampuchea	263,0	49	63,9	45,1	1.922	16.598
Vietname	106,0	53	13,0	48,4	2.034	4.154

(a) Dados referentes a 1980

Fontes: Yearbook of National Accounts, 1982, UN; Anuário Demográfico, 1984, ONU; Statistical Yearbook of Production Statistics, 1984, FAO; Statistical Healthbook, OMS, 1984.

Não menosprezamos a vontade política dos povos e sua tendência natural para rejeitar a submissão a forças estrangeiras, sobretudo quando esta ameaça a sua cultura e os seus costumes seculares. Convenhámos, porém, que a vontade política do homem é sempre ditada, em última instância, pela necessidade e pelo desejo de sobrevivência. Quando as condições de vida tocam as fronteiras da miséria, é fácil ser-se aliciado por quem acena com o pão que se não tem.

Esta convicção ganha maior relevo no presente contexto onde a capacidade de produzir o suficiente (ou mesmo com excesso) para toda a população depende das alterações nos processos produtivos e no tecido sócio-económico, só possíveis de conseguir a curto prazo, com fortes investimentos na produção e nas infraestruturas de apoio e alterações nos sistemas de valores dominantes.

Globalmente, a zona asiática da Bacia do Pacífico e a Oceânia é superavitária em bens alimentares. Um estudo publicado pela FAO (1982) revela que, o sueste asiático tem condições naturais para, utilizando tecnologias e meios de produção intermédios, produzir o triplo dos bens alimentares necessários à alimentação da sua população. Ainda, segundo a FAO, por volta do ano 2.000, o sueste asiático poderá, recorrendo a métodos de exploração avançados e aproveitando plenamente os seus recursos naturais, produzir bens alimentares que permitirão nutrir uma população 5 vezes superior à da zona.

Mesma na situação actual a balança alimentar apresenta, em relação ao exterior, um saldo positivo considerável, como mostra o quadro 3.

O crescimento da produção de bens alimentares, nos últimos anos, apresenta, no Leste e Sueste Asiático, as taxas mais elevadas do mundo. A leitura do quadro 4 mostra que, entre 1975 e 1981, a produção mundial de bens alimentares cresceu de 29 %, enquanto no Leste e Sueste Asiático esse crescimento foi de 60 % e na Oceânia de 32 %.

O razoável crescimento da produção de bens alimentares permitiu que a produção per capita experimentasse um aumento de 26 % no Leste e Sueste Asiático e de 14 % na Oceânia, contra o modesto crescimento de 5 % a nível mundial, isto apesar de a Ásia ter as taxas mais elevadas de crescimento demográfico.

Quadro 3

BALANÇA ALIMENTAR (Milhões de dólares, 1982)

PAÍS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
Brunei	0,4	10,5	- 10,1
Fidji	199,2	103	96,2
Indonésia	1.135,3	1.437,4	- 302,1
Kiribati	3,6	6,69	- 3,09
Malásia	1.980	1.481	499
Nova Caledónia	1,6	83,2	- 81,6
Nova Zelândia	2.745	331,9	2.413,1
Filipinas	1.976	720,6	1.255,4
Salomão	53	10,35	42,65
Tonga	6,7	12	- 5,3
Singapura	1.531	2.197	- 666
Vanuatu	27,7	14,8	12,9
	9.659,5	6.408,44	3.251,06

Compare-se, por exemplo, com a situação no continente africano em que a produção de alimentos por habitante decresceu, no mesmo período, de 11 %.

Dentro da Bacia do Pacífico, destacam-se os países da ASEAN com produção significativa de bens alimentares cujo crescimento é, em todos os casos, superior ao crescimento mundial e, com excepção da Indonésia, superior à média do Leste e Sueste Asiático.

Esta breve passagem, pelo domínio dos produtos alimentares, mostra que a fome nos países asiáticos do Pacífico e na Oceânia não é uma fatalidade, nem a solução da mesma necessita de apoio externo como acontece com a maioria dos países do continente africano e mesmo alguns de outras zonas da Ásia. Se nos abstrairmos da China, cujas possibilidades relacionadas com a situação demográfica não são suficientemente conhecidas, nos restantes países da Oceânia e Ásia do Pacífico são poucos os que não têm condições naturais para resolver o problema da nutrição. Além disso, os que não têm condições naturais para a produção dos alimentos em quantidades suficientes são, geralmente, dotados de outros recursos naturais ou adquiridos, que lhe permitem financiar a aquisição de bens alimentares no exterior.

É o caso de Singapura cujo saldo de bens industriais é mais que suficiente para financiar a aquisição de bens alimentares. O nordeste da Tailândia é também escasso em condições naturais para a produção de alimentos e o mesmo acontece com a ilha de Java, na Indonésia. Porém, qualquer destes países é superavitário em bens alimentares. Alguns dos mini-países e territórios da Oceânia contam-se entre os que têm uma incapacidade absoluta para se auto-fornecerem em alimentos. O seu peso no conjunto é insignificante e, são em muitos casos, na prática, protectorados e peões dos EUA.

Quadro 4

ÍNDICES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR

(base 1975 = 100)

	TOTAL			PER CAPITA		
	1977	1979	1981	1977	1979	1981
Mundial	119	125	129	104	106	105
Países Desenvolvidos	116	120	121	109	111	110
Países da CEE	109	117	121	106	113	116
Outros países da Europa Ocidental	117	124	121	111	115	111
URSS e Europa de Leste	116	118	113	109	110	104
Países desenvolvidos da América do Norte	122	126	134	114	115	120
Países desenvolvidos da Oceânia	125	138	132	112	121	114
Países do Terceiro Mundo	123	131	139	105	108	110
África	109	115	122	89	89	89
América Latina	127	136	144	107	108	110
Próximo Oriente Africano	115	122	124	96	97	94
Próximo Oriente Asiático	128	138	143	104	106	105
Próximo Oriente	127	129	142	109	106	111
Sul da Ásia	123	122	135	105	100	106
Leste e Sueste Asiático	138	148	160	118	121	126
Indonésia	127	133	151	110	112	122
Malásia	151	170	188	126	135	142
Filipinas	148	154	167	123	121	124
Tailândia	146	154	181	121	122	137
Outros países subdesenvolvidos	116	125	131	97	100	100

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Acabamos de apresentar um panorama pouco animador da maioria dos países e de alguns territórios não autónomos, da Oceânia e da Ásia do Pacífico, que revelam a existência de condições de aceitação da penetração do capital estrangeiro, conquanto este se apresente sob o signo do progresso e da abastança. Mas o capital não se compadece com a situação de miséria das populações ainda que estas possam, por vezes, tirar algum proveito dos investimentos estrangeiros.

Para investir em qualquer parte do mundo, o empresário moderno toma como condições mínimas a existência de recursos naturais que alimentam as indústrias para onde canaliza os seus investimentos e/ou mão-de-obra barata que permita minimizar os custos unitários de produção, um eventual mercado para a colocação de produtos, situação financeira e condições de progresso que garantam a não insolvência do país onde vai investir face às suas obrigações para com o estrangeiro e situação social e política estável.

É difícil, para nós europeus, não especialistas na zona, fazer um balanço rigoroso da situação política. As informações que nos chegam sobre alguns conflitos pontuais (Cambodja, Papua Nova-Guiné, Nova Caledónia, por exemplo), não são suficientes para considerar instável a situação política da zona.

As condições de miséria em que vive a maioria esmagadora das populações e a ausência, na maioria dos países, de partidos ou organizações populares suficientemente fortes e empenhados em pôr em causa o sistema, constituem uma boa base de partida para a penetração dos capitais estrangeiros, desde que acompanhada de uma política social mais equilibrada e de uma certa abertura política. Os discursos, entrevistas e artigos na imprensa internacional, de alguns políticos norteamericanos parecem apontar nesse sentido. A tese do domínio e controle dos povos, primeiro pela via democrática e no caso desta trabalhar pela força, mas a força "sem complexos" como defende Kissinger, parece ganhar substância na Baía do Pacífico.

A situação financeira não sendo brilhante está longe de ser preocupante.

A dívida externa era, em 1983, de 28.000 milhões de dólares na Coreia do Sul, representando 36,6 % do PIB, e 115 % das exportações e equivalendo a uma dívida média de cerca de 690 dólares por habitante, contra um rendimento per capita de 2.010 dólares. Hong Kong devia, nesse mesmo ano, ao exterior, 7.900 milhões de dólares, representando cerca de 10 % do PIB e 36 % das exportações, cabendo a cada habitante em média 1.510 dólares, contra um rendimento per capita de 6.000 dólares. Na Indonésia a dívida externa atingia, em 1983, os 22.000 milhões de dólares, representando 27,7 % do PIB, e 104 % das exportações e equivalendo a cerca de 139 dólares por habitante, contra o rendimento per capita de 560 (1982) dólares. A Malásia devia ao estrangeiro 15.200 milhões de dólares, representando 52,2 % do PIB e 107,5 % das exportações, o que dava 338 dólares por habitante, com um rendimento per capita de cerca de 1.870 dólares. Nas Filipinas, onde a situação financeira é mais grave, a dívida externa era de 27.000 milhões de dólares, representando 105 % do PIB e 566 % das exportações; equivalia a 520 dólares por habitante, contra 760 dólares de rendimento per capita.

Em 1983, segundo estimativa da UNCTAD (*), a dívida desembolsável de médio e longo prazo, dos países do Terceiro Mundo, era de 531,8 mil milhões de dólares, distribuida em 23,9 % dos países do Sul e Sueste asiático e, 48 %, pelos países da América Latina, cuja dívida atingia 127 e 255,2 mil milhões de dólares, respectivamente.

(*) - UNCTAD. Statistical Pocketbook, U.N. (1984).

Quadro 5

DÍVIDA EXTERNA E SERVIÇO DA DÍVIDA (EM MI

	ANO	TOTAL	ÁFRICA A SUL DO SARA	ÁSIA ORIENTAL E PACÍFICO
Dívida	1976	223.011,7	25.988,1	35.532,9
	1978	348.157,2	41.780,2	55.011
	1980	465.754,8	60.159,8	73.901,7
	1982	569.525,8	72.550,1	93.520,3
Serviço da dívida	1984	79.253,8	8.925,1	11.620,3
	1986	82.764,5	9.473,7	12.837,4
	1990	40.958,5	4.538,7	8.588,7
	1992	26.604,7	3.003,9	6.913,4

Fonte: World Development Repport, Banco Mundial 1984

LHÕES DE DÓLARES)

AMÉRICA LATINA	ÁFRICA DO NORTE E CENTRO	ÁSIA DO SUL	EUROPA DO SUL E E OUTROS PAÍSES DO MEDITERRÂNEO
76.698,9	32.240,9	29.400,8	23.150,2
121.787,9	56.806,9	38.339,1	34.432,1
160.799,2	69.536	48.512,5	52.845,1
209.035,7	69.534,2	56.319,5	68.566
34.430,3	10.333,3	2.747,4	11.196,9
38.047,1	8.892,2	3.262,8	10.251,3
14.068,8	4.359	2.944	6.639,3
7.333,4	3.016,5	2.555,9	3.781,6

O serviço da dívida, que na América Latina chegou a absorver mais de 30 % das receitas das exportações, não ultrapassou os 13 % em nenhum dos países da ASEAN (excepto Filipinas) e da Oceânia. Nas Filipinas, o serviço da dívida atingiu 12,9 % das exportações, em 1982, e na Indonésia foi de 8,3 % , em 1981. Na Malásia foi de 5,1 %, na Tailândia de 8,4 % e em Singapura de 0,8 %, em 1982.

A Coreia do Sul tinha, em 1982, uma dívida externa de 37.200 milhões de dólares e o serviço da dívida representa um pouco mais de 12 % das exportações.

O peso médio do serviço da dívida dos países do Terceiro Mundo, nas exportações, agravou-se significativamente no período de 1975 a 1983, tendo passado de 14,5 % para 25,2 %. Esta deterioração da situação financeira esteve relacionada com o aumento da amortização da dívida, com o agravamento das taxas de juros, que passaram de uma média de 6 %, em 1975, para 8,7 %, em 1983, e com a revalorização do dólar. Nos países do Leste e Sueste asiático e da Oceânia, a relação serviço da dívida/ /exportações, teve evolução idêntica à média do Terceiro Mundo, embora em escala diferente; em 1975, cerca de 8,7 % das exportações eram suficientes para fazer face ao serviço da dívida, enquanto em 1983 passaram a ser necessários 12,6 %. A situação do Pacífico Sul e Ocidental é relativamente favorável quando comparada com a América Latina e com a África, para o que terão contribuido, não só, a menor carga da dívida, mas também, condições especiais de financiamento. Assim, enquanto na América Latina o peso dos juros da dívida nas exportações passam de 10,1 %, em 1975, para 23,3 %, em 1983, no Leste e Sueste asiático e na Oceânia subiu, nesse mesmo período, de apenas 3,2 % para 6,4 %.

Quadro 6

ESTRUTURA DA DÍVIDA EXTERNA POR GRANDES ZONAS DO TERCEIRO MUNDO

Milhares de milhões de dólares		Terceiro Mundo Total	América Latina	África	Leste e Sueste Asiático e Oceânia
Dívida externa	1975	145,3	62,3	28,9	42,2
	1983	531,8	255,2	107	127
Serviço da dívida em % das exportações	1975	14,5	23,8	10,6	8,7
	1983	25,2	40,2	23,8	12,6
Juros/Exportações	1975	5,6	10,1	3,4	3,2
	1983	13,1	23,3	9	6,4
Dívida externa/exportações	1975	105	142	85,3	89,4
	1983	136,8	182,2	140,2	91,5

Fonte: UNCTAD Statistical Pocket Book, U.N., New York, 1984.

A leitura do quadro 6 sugere que, enquanto os países da América Latina necessitam das receitas de quase dois anos das suas exportações, para liquidar a dívida, os do Pacífico Ocidental e do Sul não esgotariam, em média, as receitas de um ano. Embora a dívida externa e os encargos com ela relacionados se agravassem de forma significativa nos últimos anos, ela não constitui, ainda, no Sueste Asiático, um travão ao desenvolvimento. Comparada com outras zonas do globo pertencentes ao Terceiro Mundo, a zona asiática da Bacia do Pacífico (*) desfruta de uma situação financeira que se pode considerar francamente satisfatória, po-

---

(*) - Abstraimos de alguns casos pontuais como, por exemplo, as Filipinas, onde a situação financeira é alarmante.

dendo dizer-se que não entrou, ainda, e talvez tenha condições para evitar entrar, no perigoso ciclo da dívida que bloqueou o crescimento económico da América Latina, nos últimos 10 anos.

A seu favor contabiliza-se ainda o aumento das reservas, em quase todos os países da zona. Embora com algumas flutuações, as reservas internacionais (excepto ouro) têm vindo a aumentar em quase todos os países do sueste asiático. Exceptua-se as Filipinas, onde, em Outubro de 1984, atingiam 243 milhões de dólares, o valor mais baixo registado nos últimos dez anos; em Dezembro, tinha-se verificado uma recuperação considerável (611 milhões de dólares), apresentando, ainda assim, um valor bastante inferior ao registado em igual mês de 1983 (786 milhões de dólares). A Indonésia, pelo contrário, tem conseguido uma recuperação notável das suas reservas depois de, entre 1981 e 1982, ter tido uma quebra significativa. Evolução idêntica tem tido a Malásia, ainda que com crescimento menos acentuado. Singapura é, no Sueste Asiático, o país que beneficia de melhor situação no que se refere a reservas internacionais, contabilizando, além disso, um permanente e elevado crescimento das mesmas.

Quadro 7

RESERVAS INTERNACIONAIS (EXCEPTO OURO) (EM MILHÕES DE DÓLARES)

PAÍSES	1978	1980	1982	Dez. 1983	Dez. 1984
Filipinas	1.763	2.846	1.720	786	617
Indonésia	2.626	5.392	3.114	3.718	4.774
Malásia	3.243	4.387	3.768	3.784	3.712 (a)
Singapura	5.303	6.567	8.480	9.264	10.300
Tailândia	2.009	1.560	1.538	1.607	1.921
ASEAN (excepto Brunei)	14.944	20.752	18.620	19.159	
Austrália	2.062	1.690	6.371	8.869	7.441
Fidji	135	168	127	116	117
Nova Zelândia	451	352	636	778	1.973 (a)
Papua Nova-Guiné	405	423	345	463	332
Coreia do Sul	2.764	2.925	2.807	2.347	2.757
China Popular	1.557	2.545	11.339	14.853	16.967 (b)
Japão	32.407	24.636	23.334	24.602	26.429
Total Geral	54.725	51.801	63.579	71.187	

Fonte: Boletim Mensal de Estatísticas, ONU, Fevereiro de 1985.

(a) Dados referentes a Novembro de 1984

(b) Dados referentes a Outubro de 1984

O QUE HÁ DE FASCINANTE NA BACIA ASIÁTICA DO PACÍFICO?

Em 1984, a Ásia Oriental e a Bacia do Pacífico beneficiaram de cerca de 24 % (*) dos financiamentos totais aprovados pelo IBRD e 1,2 % dos aprovados pelo IDA. Do apoio financeiro, concedido pela FAO, 50 % foi para a mesma zona. As equipas de técnicos, do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho, concentram-se, também, fundamentalmente, naquela zona, apoiando os governos daqueles países na elaboração e mesmo na coordenação dos planos de desenvolvimento económico. Sublinhe-se ainda que, dos financiamentos do IBRD, 8,6 % se destinam à Indonésia.

Mas a par da crescente canalização dos financiamentos internacionais para o Sueste Asiático e, em especial, para os países da ASEAN e para a Coreia do Sul, parece estar em curso uma extraordinária viragem na sua orientação sectorial. Tradicionalmente a agricultura e o sector energético atraíam a si o grosso dos investimentos internacionais. Ainda em 1980, estes dois sectores absorveram cerca de 65 % dos financiamentos destinados aos países da Bacia do Pacífico e Ásia Oriental, tendo cabido à educação 5,8 % e aos transportes e comunicações 10,7 %. Em 1983, a situação tinha-se alterado já, de forma significativa, baixando os financiamentos destinados à agricultura e ao sector energético para 41 % do total, enquanto a educação e os transportes passaram a beneficiar, respectivamente, de 6,4 % e 15,9 % dando sinais de uma alteração significativa na estratégia do capital financeiro internacional. A concentração dos apoios do capital internacional, nos sectores da educação e dos transportes, reforça-se em 1984, ano em que estes sectores absorveram, respectivamente, 17,7 % e 24 %.

É importante sublinhar que esta reorientação sectorial dos financiamentos externos obedece a planos bem definidos a cuja elaboração estão, como já referimos, equipas do Banco Mundial e da O.I.T., revelando um forte empenhamento do capital internacional no desenvolvimento económico da zona.

(*) Veja-se World Development Repport, Banco Mundial, 1984.

A concentração dos investimentos nos sectores da educação que, de acordo com o relatório do Banco Mundial, visam fundamentalmente o ensino profissional e vocacional nos transportes e comunicações e, ainda, no sector da electrónica, ligada ao apoio e ao desenvolvimento tecnológico em que estão empenhados sobretudo o Japão e os EUA, é sintoma do início de uma nova era no desenvolvimento económico dos países da Bacia do Pacífico, caracterizando-se, actualmente, pelo lançamento das infraestruturas básicas e de alguns sectores chave no processo de industrialização (*).

Nos países da ASEAN, a aplicação de tecnologias de pequena e média escala, tendo como potência promotora o Japão, faz parte de um plano de desenvolvimento integrado, no qual se enquadra a especialização de cada país membro, em determinados ramos industriais, de acordo com os recursos naturais, a criação de agricultores e de artesãos, a formação de quadros para dominarem as novas tecnologias, etc.

Mas esta atracção do capital financeiro pela Bacia Asiática do Pacífico foi precedida de três importantes fenómenos sintomáticos do aparecimento daquela zona como centro importante da economia mundial.

O Japão é, hoje, o principal centro de criação de tecnologias modernas. Tem a maior produção mundial de automóveis, tractores e outros meios de transporte terrestres; está no topo da produção e inovação de robots, e rivaliza com os EUA noutros domínios das tecnologias modernas como, por exemplo, a bioquímica. Com um rendimento nacional que ultrapassa já largamente um bilião de dólares e um rendimento per capita de 10.000 dólares, ocupa o terceiro lugar na produção industrial a nível mundial, aproximando-se cada vez mais da produção da URSS. No comércio internacional ocupa igualmente o terceiro lugar, aproximando-se também da República Federal da Alemanha, que ocupa o segundo lugar. A sua balança comercial apresentava, em 1983, o saldo positivo dos mais elevados do mundo com 29.750 (**) milhões de dólares, o que lhe permitiu saldar a

---

(*) Sabemos, através de fonte não oficial, que em 1984 a RFA recusou o financiamento de um projecto agrícola à Indonésia, mas ofereceu o financiamento de um outro no ramo da electrónica.

(**) Só ultrapassado pelo da Arábia Saudita.

sua balança de transacções correntes com um superavite de 19.820 milhões de dólares, o maior do mundo.

A balança de pagamentos, apesar dos seus elevados investimentos no estrangeiro, saldava-se, em 1983, com o segundo superavite (2.340 milhões de DES) maior do mundo, só ultrapassado pela Austrália (com 2.692 milhões de dólares), país igualmente da Bacia do Pacífico. As suas importantes reservas em ouro e em divisas estrangeiras, nomeadamente em dólares, colocam também o Japão nos primeiros lugares do mundo e permitem-lhe (e exigem) implementar uma política económica agressiva, de crescimento industrial e de conquista de mercados. A política de expansão e domínio da economia mundial ressalta da posição crescente nas trocas comerciais e nos investimentos directos no estrangeiro, em que ocupa já o primeiro lugar. Assim, enquanto, em 1975, os investimentos directos líquidos do Japão no estrangeiro somaram 100 milhões de DES (o DES é quase equivalente ao dólar), contra 16.161 milhões dos EUA, em 1983, o Japão investiu no estrangeiro 17.700 milhões de DES, contra 10.435 dos EUA.

A situação financeira e geográfica favoráveis, numa zona do globo a despertar para a cena da economia mundial, como veremos a seguir, permitiu ao Japão, mesmo nos anos de conjunctura difícil para os países industrializados, manter as taxas de crescimento industrial relativamente elevadas; em 1981, a produção industrial teve, na maioria dos países industrializados, um crescimento negativo; no Japão cresceu à taxa de 6,6 %.

Para isso contribuiu também a estrutura favorável da Despesa Nacional. Assim, às insignificantes despesas militares, junta-se favoravelmente uma taxa de acumulação que ultrapassa os 32 %. A taxa média de consumo situa-se entre os 58 % e os 60 %, deixando uma importante margem de acumulação.

A penetração do Japão nos mercados externos fez-se fundamentalmente através da Coreia do Sul, onde eram montados os produtos ou realizadas as fases de produção mais intensivas em mão-de-obra e, de Singapura, que servia fundamentalmente de posto comercial para o ocidente. Singapura, beneficiando da sua estratégica localização geográfica e do estatuto de porto franco, não se limitou a servir de intermediário comercial do Japão e tem hoje uma produção industrial relativamente elevada para a sua dimensão territorial.

O peso da Bacia do Pacífico no comércio mundial, que não se reduz à crescente importância do Japão, é outro dos indicadores de mudança do centro da economia mundial para aquela zona.

As enormes riquezas em matérias primas de origem mineral e vegetal e em combustíveis, são, sem dúvida, o factor dominante na captação dos interesses do grande capital (*). A produção de estanho (70 %), de cromo e magnésio (38 %), de manganésio (13 %), de chumbo e zinco (16 %), de bauxite (35 %), de níquel (18 %) e, ainda, a importante posição na produção de cobre, ouro e urânio, é suficientemente importante para atrair a apetência do capital internacional que parece disposto a passar agora da fase da simples extracção e/ou primeira fase de transformação dos produtos primários, à fase de desenvolvimento industrial "controlado", daqueles países.

Mas não são apenas os recursos minerais que valorizam extraordinariamente as potencialidades económicas do Pacífico. A localização da maior parte de área sólida da Ásia do Pacífico na zona intertropical e a sua origem vulcânica, dão ao sueste asiático uma vegetação densa, diversificada e extremamente rica. É conhecida a importância da Tailândia e da Malásia na produção de borracha natural. Os seis países da ASEAN são, em conjunto, os maiores fornecedores de madeira da mais rica qualidade, quer em bruto, quer serrada: existem importantes serrações de madeira na Malásia. A produção de óleos vegetais (60 %), de café, açucar e cacau têm também posição importante na produção mundial. Em combustíveis,

---

(*) entre parentesis indica-se a percentagem aproximada da Produção da Bacia do Pacífico no total mundial.

o sueste asiático é considerado a principal fonte de reservas mundiais. Os jazigos descobertos no mar de Timor e cuja exploração está a ser negociada pelos EUA, Austrália, Indonésia e Japão são considerados dos mais ricos a nível mundial (*). A produção de gás natural e de petróleo que tem aumentado, naquela zona, bastante acima dos países da OPEP, tem no Japão um extraordinário mercado. A Indonésia e o Brunei ocupam, em conjunto, um dos primeiros lugares na produção e na exportação mundiais de combustíveis.

As enormes riquezas em matérias primas de origem mineral e vegetal, os importantes jazigos de petróleo e gás natural e as boas potencialidades no domínio da energia hídrica, completados com o mercado potencial para escoamento de produtos finais que representam os seus mais de um bilião e meio de habitantes (cerca de 38 % da população mundial), são, sem dúvida, os factores determinantes na captação dos interesses do grande capital. A produção de estanho, de cromo e de magnésio, de chumbo e de zinco, de bauxite, ferro, níquel e cobre tem, como vimos, um peso importante na produção mundial. Recentemente vem ganhando alguma importância a produção de ouro e de urânio. As madeiras e a borracha, que já referimos, e ainda a posição dominante na produção de óleos vegetais são suficientemente atractivos para mobilizar a atenção dos centros financeiros internacionais, e justificar o aparato militar que os EUA concentram na Bacia do Pacífico.

O oceano Pacífico e, em especial, o Pacífico do sueste, é extremamente rico em peixe, mas é sobretudo o povoamento do fundo marítimo por imensos aglomerados de nódulos polimetálicos, extremamente ricos em manganésio, que fascinam os países industrializados, sobretudo os EUA e o Japão, e os atraem a investir no desenvolvimento económico da zona. Não sabemos se estará para breve o início da exploração dos minérios nas águas do Pacífico; sabe-se, contudo, que está planeado o início da exploração comercial nesta década.

(*) As Companhias que formam o Consórcio para a exploração do petróleo do mar de Timor Leste são a Japan National Oil Corporation, Hartagen Energy, CONOCO, Northwest Midrigen e Indonesian Oil Company.

É ligada aos recursos naturais da zona que surgem os principais sectores da produção industrial a ganhar importância crescente nas economias daqueles países e no conjunto da produção mundial.

Singapura, durante muito tempo posto comercial do Reino Unido, serviu, depois da II Guerra Mundial, de base de apoio industrial e comercial ao Japão para a sua penetração na Europa, enquanto, nos países da zona funcionou fundamentalmente como centro financeiro. A sua posição no triângulo Japão - Coreia do Sul - Singapura, estabelecido pelo Japão para apoiar a sua política agressiva de conquista de mercados ocidentais, permitiu-lhe um desenvolvimento industrial comparável ao dos países mais industrializados do Ocidente. Esta posição não deixou, certamente, de influenciar o lançamento do processo de industrialização nos países circunvizinhos, dada a sua integração na ASEAN.

Se a presença de enormes riquezas em recursos naturais de origem mineral é factor extremamente importante para o desenvolvimento das indústrias pesadas, as riquezas em recursos de origem vegetal e a fertilidade do solo devido à sua origem vulcânica e às condições climatéricas, favoráveis na maioria dos países, constituem factor extremamente importante para o progresso da produção agrícola e das indústrias agro-alimentares.

Tal como a produção de bens alimentares, também na agricultura a zona do Leste e do Sueste Asiático apresenta as maiores taxas de crescimento no período de 1975 a 1981, como se constata da leitura do quadro 8. Também aqui, a produção per capita experimenta, nesta zona, um crescimento de 23 % durante o período considerada, contra 5 % de crescimento médio mundial e um crescimento de 12 % no continente africano, números de resto semelhantes aos de produção de bens alimentares, como era de esperar.

Quadro 8

ÍNDICES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1975 = 100)

	TOTAL			PER CAPITA		
	1977	1979	1981	1977	1979	1981
Mundial	118	124	128	104	105	105
Países Desenvolvidos	115	119	120	109	111	110
Países da CEE	109	117	121	106	113	116
Outros países da Europa Ocidental	117	123	121	110	115	111
URSS e Europa de Leste	116	118	113	109	109	104
Países Desenvolvidos da América do Norte	122	125	134	113	114	119
Países Desenvolvidos da Oceânia	116	126	123	104	111	106
Países do Terceiro Mundo	122	130	138	104	107	108
África	109	114	120	89	88	88
Próximo Oriente	126	129	140	108	105	110
Sul da Ásia	122	122	134	104	100	105
Leste e Sueste Asiático	137	146	156	117	120	123
Indonésia	124	132	147	108	111	119
Malásia	142	155	164	118	122	123
Filipinas	149	156	169	123	122	126
Tailândia	142	152	175	118	120	132
ASEAN	121	136	141	106	116	117
Outros países do Terceiro Mundo	117	127	133	99	102	102

COMÈRCIO EXTERNO

A situação das contas externas constitui nos nossos dias uma das maiores preocupações dos responsáveis pela política económica. O peso dos créditos às exportações no total do endividamento externo é disso testemunho. Mas o problema do equilibrio da balança de pagamento e da estrutura do comércio externo, ganha sobretudo relevo quando √ a longo prazo. Por um lado, pode argumentar-se que num horizonte suficientemente dilatado o décisor económico dispõe de margem de manobra para influênciar estrutura das contas externas através da diversificação dos mercados e da estrutura e da reestruturação sectorial e tecnológica da produção mas, por outro lado, as possibilidades de agir sobre e estrutura interna da produção e de conquistar novos mercados estão fortemente condicionados por uma série de factores de entre os quais aparece com peso considerável a estrutura das contas externas e a situação deficitária ou superavitária de partida.

Passada a primeira fase da crise do petróleo, iniciada nos primeiros anos da década de 70 e em que a OPEP conseguiu impôr uma subida considerável nos preços do petróleo, a crise económica mundial na sua fase recente (depois de 1978/79) vem-se caracterizando por uma total incapacidade por parte dos paísesprodutores de petróleo em manter, os preços e o nível de produção, a níveis que garantem o crescimento equilibrado das suas economias. Como consequência, as balanças de pagamentos dos países da OPEP e da maioria dos países do Terceiro Mundo apresentam nos últimos anos, défices crescentes que atingem em muitos casos níveis preocupantes.

São vários os factores que poderiamos alinhar de entre os responsáveis pela degradação das contas externas dos países do Terceiro Mundo; de entre eles merecem, em nosso entender, ser destacados:

1) A recessão económica mundial, que teve como consequência imediata a contracção dos mercados de matérias primas. Esta situação foi ainda agravada pela elevada capacidade de armazenamento de stocks nos EUA, que utilizaram para reduzir drâsticamente os preços, em especial os de petróleo, muito abaixo do que o normal funcionamento das leis do mercado implicaria. A redução das vendas acompanhada de uma descida drástica dos preços, teve como consequência uma quebra espectacular das receitas das exportações de bens primários, criando dificuldades nas balanças co

√ o enquadramos nas condicionantes do desenvolvimento económico merciais dos países fornecedores das mesmas.

2) A acumulação da dívida externa iniciada, sobretudo na América Latina, já na década de 60 ligada à implementação de programas de crecimento acelerado e agravada agora pelas necessidades de financiamento da balança comercial, acabou por acarretar um crescimento extremamente elevado no serviço da dívida, deteriorando considerávelmente as balanças de transacções correntes.

3) Perante esta situação, os EUA beneficiando do facto de a maior das importações de matérias primas e de combustíveis serem pagosem dólares e, do dólar funcionar como reserva e moeda padrão internacional, apoiando-se ainda nas instituições financeiras internacionais (FMI,Banco Mundial) onde têm uma maioria relativa de votos e juntamente com o Japão e a República Federal da Alemanha a maioria absoluta, desencadeia uma subida artificial do dólar, que agravou mais as dificuldades financeiras dos países devedores em benefício do capital financeiro norte-americano.

4) No caso particular do petróleo, a posição dos países exportadores foi ainda prejudicada pela descoberta e entrada em exploração, de jazigos no mar do Norte, e pela cresente importância da Indonésia na produção mundial.

5) No caso do continente africano, a situação foi ainda agravada, pela prolongada seca que tem criado o maior drama das últimas décadas na situação alimentar das suas populações.

Apesar da conjunctura internacional desfavorável, a maioria dos países do Sueste Asiático, tem conseguido manter as suas balanças de pagamentos superavitárias ,apresetando-se a zona no seu conjunto com uma situação credora e com saldo relativamente elevado. Mesmo nos países deficitários, apenas nas Filipinas e na Tailândia, a situação é preocupante, representando o défice da balança de pagamentos 40% e 38,4% das respectivas receitas das exportações.

A Indonésia, um dos países do Terceiro Mundo com maior peso nas exportações da zona, manteve sempre um superative razoável na sua balança comercial, enquanto a Coreia do Sul só em 1982 teve um défice de 511 milhões de dólares, o equivalente apenas a 2,7% das suas exportações.

A rúbrica, "rendimentos de factores" é a que maior efeito negativo tem na balança de transacções correntes da maioria dos países, o que não deixará de estár relacionado com o pagamento do serviço da dívida, o repatriamento de lucros dos investimentos directos estrangeiros e a importação de tecnologia e Know-how. Entretanto a rúbrica "capitais de longo prazo", onde incluimos investimentos directos, apresenta saldos positivos bastante elevados em quase todos os países do zona pertencentes ao Terceiro Mundo. A balança de capitais tem valores particularmente elevados na Indonésia e na Malésia, dando suporte à tese de que a ASEAN juntamente com a Coreia do Sul, representam actualmente o grande desafio do Leste e Sueste Asiático onde se concentram o grosso dos investimentos e das ajudas financeiras internacionais.

No caso da Indonésia a balança de capitais subiu de 1.277 milhões de dólares em 1977 para 4.466 milhões em 1982 e, como consequência, a balança de pagamentos passa de um défice de 781 milhões de dólares, para um superative de 1.459 milhões, isto apesar de na balança de transacções correntes se ter verificado um agravamento considerável do seu défice.

Na Malásia a evolução da balança de transacções correntes e da balança de pagamentos segue o sentido da Indonésia embora com menor intensidade.

Mas a recessão da economia mundial não deixou de produzir os seus efeitos na Bacia do Pacífico. Os países da ASEAN onde parece concentrarse actualmente a atenção do capital internacional, começaram a apresentar a partir de 1981, balanças comerciais deficitárias, atingindo em 1983, o défice global daquela zona, 12% das exportações.

De uma maneira geral o défice não constitui ainda um entrave ao crescimento económico, e poderá não o vir a constituir devido às enormes riquezas em recursos naturais, de natureza bastante diversificada. Além disso o desequilíbrio das balanças comerciais de uma boa parte dos países asiáticos do Pacífico, está relacionada mais com o aumento das importações de bens de equipamento do que com a contracção das exportações.

A elevada dependência das exportações em relação a matérias primas e combustíveis, expõe demasiado a situação das contas externas à conjunctura internacional mas, a diversificação dos produtos primários da zona e a orientação crescente do comércio para zonas mais deficitárias nestes produtos e com evolução económica mais favorável, atenuou, em boa medida, os efeitos negativos da baixa conjunctura internacional.

As exportações de matérias primas, incluindo combustíveis, em relação às exportações totais foi, em média no periodo de 1972/1979, de 90% na Nova Zelândia, 76,5% na Austrália e 99% na Indonésia. Para o conjunto dos países da Oceânia e do Leste e Sueste Asiático os produtos primários representaram nesse periodo, em média, 45% das exportações contra 55% de produtos manufacurados. O leitor não deve perder de vista, que no conjunto se inclui o Japão, cujas exportações de produtos manufacturados em 1982 representavam 84,60% do total e o seu valor global é superior à soma dos restantes países do Leste e Sueste asiático e da Oceânia.

A borracha, a madeira, os combustíveis, o estanho, os óleos vegetais, contam-se entre as principais matérias primas em cujas exportações aquela zona do Pacífico tem importância dominante. Mas também no fornecimento de metais ferrosos (18%), de peixe (15%) e de arroz (24%), a zona tem peso relevante.

Os combustíveis representam para o conjunto dos países da Ásia Oriental, entre 1970 e 1975, cerca de 54% das exportações, enquanto a nível mundial o seu peso no comércio externo foi de 42%. Entre 1975 e 1980 o seu peso no comércio internacirnal baixa a nível mundial para 23%, enquanto na Ásia Oriental desce para 27%. Para os países da ASEAN os combustíveis têm uma importância, no total das exportações, ainda maior representando em 1980, na Indonésia 80%, na Malásia 27%, em Singapura 27,5% e no Brunei 99,9% do total.

Como mostra o quadro 9, na Austrália, na Nova Zelândia, na Papua Nova Guiné, nas Filipinas e no Fidji são os produtos alimentares que têm maior peso nas exportações com percentagens que, em 1981, foram respectivamente de 31%,51%,47%,35% e 95%, concentrando o Fidji 85% em apenas dois produtos, o açucar e mel. Na Nova Caledónia e no Kiribati são os produtos minerais metálicos (niquel e cobre) que dominam as exportações.

Apesar da exagerada dependência das exportações em relação aos produtos primários, as vendas externas aos países asiáticos, excluindo os do Médio Orieinte, cresceram entre 1973 e 1980 à taxa média anual de 25,5% contra 18% das exportações mundiais. Noa países da ASEAN o crescimento médio anual variou entre os 18% e os 35%.

Entre 1975 e 1982 o crescimento anual médio das exportações em volume foi de 3,5%, enquanto no Leste e Sueste Asiático (excluindo o Japão) foi de 9,6%. Na Indonésia as exportações diminuiram entre 1979 e 1982, tendo neste último ano acusado um decréscimo de 13,9% e, a partir de então, começado a recuperar. Na Coreia do Sul, entre 1975 e 1982, as exportações evoluiram à taxa média anual de 13,6%, no Japão o crescimento médio anual foi de 9,4%, na Malásia 7,6%, em Singapura 8,8% e na Tailândia 14,2%.

Quadro 9

Estrutura das exportações:

(em % do total) Quadro sintese

	B. Alimentares	M.P de origem agrícola	Combustível	Máquina	Minerais e metais	Industrias transformatórias
ustrália (81)	31,12	11,32	15,31	5,53	20,6	19,1
runei (81)	0,01	——	99,96	——	——	
I.Cook (78)	65,5	2,47	——	——	——	
idji (81)	94,58	1,38	——	——	——	2,96
ol.Francesa (81)	18,92	0,43	——	21,46	1,26	41,39
Indonésia (81)	5,08	8,22	79,8	——	3,69	2,95
iribati (79)	15,21	——	——	——	84,65	——
alásia (81)	16,87	27,39	26,62	12,24	9,13	19,48
.Caledónia (81)	——	——	——	——	95,0(*)	2,35
.Zelândia (81)	51,15	22,92	1,22	3,95	4,92	19,77
ice (76)	65,13	15,13	——	——	——	——
.Nova Guiné (79)	46,7	5,23	——	——	46,1	1,63
Filipinas (81)	34,6	4,75	——	2,72	15,72	22,8
Samoa (80)	92,0	5,89	——	——	——	
Singapura (81)	7,73	5,58	27,54	25,52	3,82	46,9
Tonga (81)	88,2	5,06	——	——	——	
anuatu	98,9	——	——	——	——	

(*) Quase só niquel

Entretanto, paralelamente à expansão do comércio externo, assiste-se à intensificação das trocas inter-regionais da ASEAN dentro da Bacia do Pacífico. Entre 1965-67 e 1977-79, o peso das vendas da ASEAN aos países da Bacia do Pacífico, no total das suas exportações, passou de 58,6% para 85,1% na Indonésia, de 67% para 69% na Malásia, de 80% para 73% nas Filipinas, de 60% para 66% em Singapura e de 61% para 59% na Tailândia. Com excepção das Filipinas e da Tailândia, cujas transacções comerciais se têm orientado cada vez mais para a Europa, o comércio inter-regional vem-se intensificando em detrimento dos velhos parceiros europeus. Evolução idêntica tiveram as exportações australianas que, dirigindo-se na década de 50 em cerca de 40% para o Reino Unido, passaram em 1980 a exportar para esse país apenas 4% do total.

A Bacia do Pacífico aparece como grande responsável pelas exportações dos países desse mesma região e, em particular, dos países da ASEAN. Entre 1972 e 1979, foi responsável por 85% do crescimento das exportações da Indonésia e 56% das da Tailândia. Coube aos EUA a responsabilidade de 20% do crescimento do comércio da ASEAN, enquanto a importância da CEE só no caso da Tailândia e das Filipinas é digna da nota, tendo sido responsável para cerca de 25% do crescimento daquelas países. Na Indonésia a influência da CEE no crescimento das exportações foi de 6%.

No mesmo período, o peso dos fornecimentos dos países do Pacífico nas importações dos países da ASEAN, passou de 64% para 69% na Indonésia, de 54% para69% na Malásia, de 74% para 66% nas Filipinas, de 68% para 70% em Singapura e de 59% para 61% na Tailândia.

A Austrália que em 1977 comprava à CEE 25,5% das suas importações, passou em 1983 a importar daquela zona apenas 21% das suas compras externas, enquanto o peso das compras feitas aos EUA e ao Japão passou de 20,7% para 22% e de 19,4% para 22%, respectivamente.

A deslocação do comércio externo dos tradicionais mercados europeus para novos mercados mais dinâmicos, como por exemplo, o Japão e mais deficitários em matérias primas combustíveis, é um dos factores que contribui para atenuar o impacto negativo da baixa conjunctura internacional do Ocidente nas Exportações daquela zona.

Por outro lado, embora os produtos manufacturados tenham ainda um peso modesto nas exportações da maioria dos países, a sua importância tem vindo a aumentar. Em 1982, a exportação de maquinaria e de bens de equipamento, representava já 25,5% das vendas externas de Singapura, 12% das da Malásia e 22% das da Polinésia Francesa.

O peso dos bens alimentares que em 1960 representava 36,5% do total, baixou em 1981 para 18,7%, os produtos agrícolas, fertilizantes e matérias primas passaram nesse mesmo período de 27,1% para 9,9%.

A estrutura produtiva a que nos referiremos no próximo parágrafo e a dinâmica de transformação económica e social que parece començar a germinar naquela zona, determina não só a estrutura das exportações como a das importações, estas últimas orientadas para os bens de equipamento necessário à modernização do aparelho produtivo. A exportação de matérias primas, aparece assim como principal fonte de financiamento das importações de bens de equipamento e de tecnologia moderna e como um dos principais factores de crescimento na fase de arranque industrial. São precisamente os bens de equipamento, meios de transporte e maquinaria que maior peso têm nas importações na maioria dos países daquela zona, ultrapassando em muitos casos os 20% das importações totais. Em Singapura, representaram em 1980,cerca de 28% do total, no Brunei 37%, na Indonésia 35%, na Malásia 37%, nas Filipinas 22%,

Segundo R. Chintayarangsan,(*) a contribuição das exportações de bens primários para o crescimento económico, no período de 1965 a 1979 foi de 98,7% na Indonésia, 78,9% na Malásia, 63,7% nas Filipinas e 51,9% em Singapura.

O crescimento económico relativamente acelerado na zona do Pácifico, conjugado com a relativa concentração demográfica e o esforço de cooperação intraregional, tem contribuido para que o Comércio Internacional se venha orientando de forma crescente para aquela zona, ao mesmo tempo que a própria estrutura das exportações daquelas países se vem progressivamente alternando. Assim, o crescimento da indústria têxtil cuja competividade de alguns produtos se deve à presença de matérias primas (fibras têxteis) e de mão-de-obra barata, faz com que os seus produtos representem já cerca de 16% das exportações da Ásia do Pacífico e da Oceânia.

(*) - R. Chintayarangsan - "ASEAN's primary Commodity Exports" - - Development Papers, nº2, U.N., 1982.

Quadro 10: Estrutura das importações (1981)

País	Alimentos	Matérias Primas de origem agrícola	Máquinas	Materiais de Transporte	Combustíveis
Austrália	4,56	2,42	26,12	13,20	13,60
Singapura	7,8	3,23	22,68	5,29	33,62
Brunei	17,77	0,24	26,7	10,64	2,51
Tonga	30,35	4,44	15,71		16,4
Fidji	16,32	0,26	13,1	8,12	25,67
Polinésia Francesa	19,1	1,79	21,11	11,6	12,74
Indonésia	11,05	3,2	24,13	11,24	13,27
Kiribati	40,0	1,59	11,69	4,84	14,53
Malásia	12,87	1,67	28,16	8,89	17,19
Nova Caledônia	20,41	0,84	10,66	9,08	28,08
Nova Zelândia	5,79	1,54	17,78	14,61	19,42
P. Nova Guiné	23,02	0,28	21,94	9,58	13,63
Filipinas	8,5	2,19	16,86	5,71	30,12
Samora	24,83	1,07	16,11	4,86	16,46

CRESCIMENTO ECONÓMICO E ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Partindo de uma situação em que as enormes riquezas naturais e o grande potencial humano se conjugam com os níveis de vida extremamente baixos, não parece difícil captar o entusiasmo da maioria da população para aderir a um projecto de desenvolvimento que aponte para uma melhoria significativa da sua situação sócio-económica. Além disso, o baixíssimo custo unitário da mão-de-obra torna altamente atraentes os investimentos nos sectores de trabalho intensivo.

Aos países do Terceiro Mundo tem-se-lhe deparado alguns dilemas relacionados com o arranque industrial que bloqueiam o desenvolvimento económico. Há um processo de mentalização assumido conscientemente pelos países industrializados que enraíza naqueles povos, a convicção de que o seu desenvolvimento tem necessáriamente que passar pelas mesmas fases que trilhou a industrialização dos países desenvolvidos. Esta mentalização que se processa na medida e ao ritmo que as economias dos países menos desenvolvidos vão progredindo para o mercado deve-se, em nosso entender, ao facto de os sectores que produzem já abertamente para o mercado e onde predominam relações capitalistas de produção, terem a gerir os processos produtivos, quadros técnicos, educados e preparados nos países industrializados.

A obedecer-se a esse faseamento no processo de industrialização, o ciclo vicioso da pobreza, impôr-se-ia como travão ao crescimento e ao desenvolvimento económico, os elevados financiamentos, quer em infraestruturas, quer em projectos de grande escala, tornariam aqueles países irremediávelmente dependentes dos centros financeiros internacionais e, em muitos casos, a viabilidade dos projectos estaria dependente do acolhimento que os mesmos tivessem nos grandes mercados internacionais para onde teriam de escoar o grosso dos seus produtos.

Mas as tecnologias de grande escala começam a ser postas em causa sobretudo no Japão e, mais recentemente, mesmo nos EUA; as novas indústrias apontam para a introdução de uma nova realidade na economia mundial que, além de alterar completamente as exigências de escala, poderá transformar consideràvelmente as relações de produção, sem pôr em causa o modo de produção dominante. Tudo dependerá daforma como o tecido social reaja e se vá ajustando à nova realidade devendo ter-se presente que esse ajustamento poderá nalguma medida ser influenciado pelo modo como as transformações se processarem.

A intensificação dos apoios financeiros à Asia do Pacífico e a sua reorientação sectorial a que já fizemos referencia, mostram, por um lado, que algo começa a mudar na orientação geográfica da economia mundial e na estrutura sectorial da economia da Bacia Asiática do Pacífico e, por outro lado, que o processo de industrialização vai seguir caminhos completamente diversos dos que teve de pisar o Ocidente. A concentração dos investimentos em sectores de tecnologia avançada e o apoio a tecnologias de pequena e média escala, a ligação vertical e horizontal entre a agricultura e a indústria e entre as várias regiões da zona, são elementos de uma realidade nova que a vingar poderá permitir que aqueles países saltam para a "terceira vaga" sem terem passado pela "primeira revolução industrial" tomando a dianteira do desenvolvimento económico mundial. O Japão é o motor por exelência, dessa dinâmica de transformação que vem florescendo no Sueste Asiático, com auguns frutos já colhidos nos últimos anos.

Quadro 11: - Evolução do Produção nas Principais zonas do Mundo: taxas médias porcentuais anuais de crescimento

Países ou Zonas	1970 a 1982		1979 a 1982	
	P5B	P5B por capita	PIB	PIB por capita
Mundial	3,7	1,8	1,7	0,1
Economias de Mercado	3,4	1,4	1,4	- 0,3
Países Desenvolvidos	2,9	2,1	1,0	0,2
EUA	2,7	1,7	0,4	- 0,6
Japão	4,6	3,4	4,1	3,3
CEE	2,5	2,2	0,4	0,1
Terceiro Mundo	5,3	3,0	2,8	0,5
África	4,0	1,1	1,2	- 2,0
Ásia do Medio Oriente	5,5	2,6	0,3	- 2,3
Leste e Sueste(**) Asiático	5,6	3,4	4,5	2,9
Correia do Sul	8,6	6,8	3,3	1,7
Indonésia	7,7	5,3	6,8	4,8
Malásia	8,2	5,2	6,3	3,8
Singapura	8,5	7,0	9,0	7,6
Filipinas	6,0	3,2	3,9	1,3
Mailândia	7,1	4,4	5,5	3,2
Oceânia	2,6	1,1	1,8	0,2
Austrália	2,8	1,4	1,8	0,3
Países Socialistas	4,9	3,3	3,0	1,7

(*) Não inclui a África do Sul

(**) Não inclui o Japão

Fonte: National Accounts Statistics: Analysis of Mainaggregates, 1982 U.N., Nova York, 1985

A leitura do quadro 11 mostra claramente o comando do crescimento económico por parte daquela zona. Entre 1970 e 1982, as taxas médias de crescimento do produto interno bruto na Ásia do Leste e do Sueste, foram superiores à média mundial e às de qualquer outra zona do globo, tendo garantido um crescimento médio do PIB per capita de 3,4%, contra uma média mundial de 1,8% e a média de 3% no Terceiro Mundo. A Coreia do Sul, a Indonésia, a Malásia e Singapura, destacam-se no conjunto com taxas médias de crescimento do PIB (reais) superiores a 7,5%, o que lhes permitiu, apesar do elevado crescimento demográfico, manter o aumento do rendimento per capita a taxas anuais médias superiores a 5%. Mas é sobretudo nos anos em que a crise se agrava (1979 a 1982) que aqueles países se destacam no conjunto mundial e no bloco do Terceiro Mundo. Num período em que o rendimento médio mundial per capita estacionou, em que a média dos países do Terceiro Mundo contabiliza um aumento médio insignificante de 0,5%, na zona do Leste e Sueste Asiático (excl. o Japão) o rendimento per capita cresceu à taxa anual média de quase 3%. Também neste período aparecem a Indonésia, a Malásia, Singapura e o Japão (a Coreia teve neste período um crescimento mais modesto) como responsáveis pela posição de destaque, em que surge aquela zona, no crescimento mundial da economia.

Para esta evolução relativamente favorável da Bacia do Pacífico, sobretudo dos países asiáticos, têm contribuido também os investimentos em investigação científica e em preparação de técnicos, o que é mais um indicador do empenho num processo de transformação económica daquela zona. O número de cientistas e engenheiros por 10.000 habitantes, cuja média nos países do Terceiro Mundo passou de 43,4 no período de 1968-72 para 95 no período de 1978-82, foi na Ásia, nesses dois períodos de 43,3 e 157,6, respectivamente, verificando-se aí o maior crescimento de todos as zonas do mundo. As despesas com a investigação e desenvolvimento em percentagem do PIB, ainda que modestas (0,5%) são bastante superiores à média do Terceiro Mundo (o,2%). (*)

(*) - Veja-se UNCTAD, statistical Pocket-book, 1984, já referenciado.

12 - Produção e sua estrutura sectorial (1982)

País	PIB em milhões de dados (1982)	Agricultura	Industrías transformadoras	Construção Transportes e Comunicações	Indústrias extractivas
Brunei	2,620	0,6	13	11,4	69,6
Filipinas	38.875	23,0	33,8	15,3	3,2
Indonésia	88.740	26,0	13,0	11,0	20,0
Malásia	26.700	23,5	18,1	11,6	4,0
Singapura	13.700	1,0	30,0	20,7	—
Tailândia	37.300	24,0	21,3	12,6	1,7
ASEAN	207.935	21,9	19,6	12,26	12,6
Austrália	66.800	5,8	20,6	13,5	6,4
N. Zelândia	26.000	11,0	27,0	12,6	0,7
Fidji	1.410	21,2	11,8	14,5	0
I. Salomão	157	59,0	1,0	—	—
Kiribati	50	18,0	44,9	10,4	—
Micronésia	160	—	—	—	—
Nauru	125	quase só fosfatos			
N. Caledónia	880	—	—	—	—
Samoa	80	50,0	2,8	6,0	—
Tonga	61	34,0	7,0	12,6	—
Tunalm	4	—	—	—	—
Vanuatu	60	—	—	—	—
Subs. total	303.722	—	—	—	—
Coreia do Sul	69.200	16,0	28,0	16,0	3,0
Japão	1.o48.000	3,0	31,0	16,0	—
China	524.000	44,0	20,0	9,0	22,0
Hong Kong	25.900	1,0	21,0	15,0	1,0

Na estrutura da produção tem um peso significativo a agricultura que, com excepção da Austrália, Nova Zelândia, Singapura, Japão, Brunei e Hong-Kong, contribuiu com mais de 20% para o valor acrescentado bruto. As indústrias extractivas contribuem no Brunei com 69,6%, na Indonésia com 20% (extracção de petróleo e de gás natural) e na Papua Nova-Guiné com 4% para o VAB. As indústrias transformadoras, cuja contribuição para a formação do VAB só em Singapura e no Japão ultrapassa os 25%, têm estrutura bastante diversa de país para país. Em Singapura, os transportes e comunicações representam 13.6% do VAB.

É importante referir o peso razoável que o sector da construção e dos transportes e comunicações tem, de uma maneira geral no PIB, tanto mais que a sua actividade está ligada ao funcionamento de infraestruturas básicas necessárias a qualquer processo de industrialização. O quadro 14 mostra que em 1982, aqueles sectores produziram nos países da ASEAN, em média, 12,3% do produto interno bruto e, como já referimos atrás, é para estas actividades e para a educação que se canalisa actualmente a parte mais significativa dos financiamentos internacionais.

Nos últimos anos vem-se assistindo a um processo de desenvolvimento económico que se pretende integrado, vertical e horizontalmente, procurando explorar as potencialidades institucionais da ASEAN enquanto associação para a cooperação e o desenvolvimento económico, beneficiando da ajuda financeira e técnica do Japão e dos EUA, tirando partido da disputa entre estas duas potências industriais para controlar economicamente a zona e beneficiando ainda das potencialidades internas. A criação de associações e cooperativas agrícolas e de pequenos artesãos e industriais tem vindo a ser incentivada com meio de ultrapassar problemas de escala com vista à mecanização e à criação e organização dos mercados. Entre os países da ASEAN procura-se enveredar por uma relativa especialização regional nos processos e sectores industriais de acordo com os recursos de cada país ao mesmo tempo que, beneficiando da sua integração numa zona económica única e institucionalmente organizada, estabelecem contratos que garantam a livre colocação dos produtos num mercado que lhes é comum, pese embora ainda a existência de alguns entraves e algumas arestas a limar no domínio da cooperação. Saliente-se contudo, que os resultados das tentativas de cooperação não são por enquanto animadores.

É assim que de acordo com o plano de cooperação no ramo da metalurgia sobressairia na Indonésia a fundição da alumínio, nas Filipinas e do cobre e na Tailândia a do zinco, enquanto as indústrias de ferro e de aço floresceriam sobretudo na Indonésia e na Malásia. As petroquímicas são um dos ramos mais importantes dos países da ASEAN e relacionado com elas, a produção de fertilizantes floresce em ligação com o desenvolvimento agrícola.

A produção de equipamentos tinha já alguma tradição em Singapura, mas foi sobretudo na década de 70 que começou a ganhar importância em quase todos os países da ASEAN, orientada principalmente para as indústrias de pequena e média escala.

O desenvolvimento de tecnologias de pequena escala é uma das novidades prometedoras que o Japão está a introduzir na Bacia do Pacífico, processo que poderá imprimir uma dinâmica nova de crescimento e de transformação das estruturas produtivas, orientada no sentido de garantir que a industrialização não mexa, pelo menos de forma brusca, com as relações familiares e com os hábitos e a cultura regional das populações. Parece haver uma ligação estreita entre a criação de associações e cooperativas de produtores, atrás referida e, o desenvolvimento de tecnologias de pequena escala. É ligado a este processo que, as electrónicas surgem como o sector industrial mais dinâmico naquela zona.

A produção de cimento e a metalurgia desenvolvem-se em ligação com a construção enquanto a criação e/ou o desenvolvimento das indústrias agroalimentares se processa em estreita ligação (não necessariamente harmoniosa) com o desenvolvimento da agricultura.

Também os têxteis têm ganho alguma importância na Indonésia, Filipinas e Tailândia; a mão-de-obra extremamente barata pode permitir-lhes competir com vantagem nos mercados ocidentais, desde que tecnicamente procedam aos ajustamentos necessários e às exigências destes mercados.

TRANSNACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO (breves comentários)

A abertura das economias ao exterior é uma realidade que evolui a par do desenvolvimento económico; com ela surgem e crescem as empresas transnacionais (E.T.) que dominam a maior parte das vezes o crescimento económico e arrecadam a parte de leão dos resultados.

Em 1983, dentro das 100 maiores E.T.'s, 9 eram japonesas; no conjunto venderam 127.354,5 milhares de francos e empregaram 725.780 trabalhadores. Em 1982, das 50 E.T.'s dos países industrializados com maior volume de vendas (vendas superiores a 3 mil milhões de dólares), pelo menos 22 actuavam na Bacia Asiática do Pacífico, concentrando a sua acção sobretudo na Coreia do Sul e nos países da ASEAN. As suas actividades estendem-se a quase todos os sectores da produção e da comercialização e controlam, muitas vezes, verticalmente todo o processo económico, desde a extracção de matérias primas até à venda do produto final. Os sectores das telecomunicações, da electrónica, da química, da metalurgia, maquinaria e meios de transporte, são aquelas onde se verifica maior concentração de E.T.'s. Mas também nos têxteis, e no ramo alimentar é marcada a sua presença.

No grupo das 22 maiores que actuam na Bacia Asiática do Pacífico, 5 são Japonesas. Estas 5 E.T.'s japonesas empregavam em 1982 mais de 700 mil trabalhadores e venderam 97,55 mil milhões de dólares a uma média de quase 20 mil milhões de dólares por E.T.. A Mitsubishi, por exemplo, que com as suas várias ramificações é a maior E.T. japonesa e a décima a nível mundial, actua na Coreia do Sul, em Hong-Kong e em todos os países da ASEAN. Empregava em 1982 quase 200 mil trabalhadores e as suas vendas somaram 36,36 mil milhões de dólares, valor igual a 93% das transacções internacionais (exportações mais importações) da Indonésia e a 148% das da Malásia.

Mas também as Transnacionais do Terceiro Mundo (*) têm brotado nos últimos anos, sobretudo, onde a situação económica e as suas perspectivas são mais prometedoras. Das 500 E.T.'s do Terceiro Mundo que em 1982 tinham maior volume de vendas, 114 têm a empresa matriz nos países da Ásia do Pacífico e da Oceânia. Na Coreia do Sul, concentram-se 30 das 500 maiores, com um volume de vendas de 53,5 mil milhões de dólares.

O conjunto dos países da ASEAN tinham em 1982, 46 E.T.'s no grupo das 500 maiores dos países do Terceiro Mundo, e as suas vendas somavam cerca de 47 mil milhões de dólares. Na Malásia 14 E.T.'s, com actividades viradas sobretudo para a produção e distribuição de borracha, zinco, alumínio, açúcar e tabaco e ainda para a produção de meios de transporte e de bens de equipamento, venderam em 1982, um volume de mercadorias no valor de 5.325 milhões de dólares, a uma média de 380 milhões de dólares por E.T.. Esse volume de vendas equivale a 20% do PIB e 22% do total das trocas externas (exportações+importações). Em Singapura 8 E.T.'s venderam nesse mesmo ano 3.044 milhões de dólares a uma média de 380,5 milhões de dólares por transnacional. As suas actividades distribuiram-se, sobretudo, pelas indústrias pesadas e, as suas vendas equivaleram a 22% do PIB e 6% do comércio externo. Nas Filipinas 14 E.T.'s venderam 8.365 milhões de dólares, a uma média de 600 milhões de dólares por empresa, representando 21% do PIB e 63% do comércio externo. Na Indonésia 3 transnacionais venderam 24.639 milhões de dólares à média de 8.123 milhões de dólares por E.T., representando 26% do PIB e 59% do comércio externo e, ultrapassando o total das suas exportações. Note-se ainda que 23.000 milhões de dólares foram vendidos por uma única Transnacional, a Pertamina, que se dedica à prospecção, exploração, produção e comercialização petrolífera. Na Tailândia havia em 1982, 8 E.T.'s com vendas médias de 663,25 milhões de dólares, vendendo no total 5.306 milhões de dólares, equivalente a 16% do PIB e a 34% do comércio externo.

(*) - Chamamos Transnacionais do Terceiro Mundo às E.T.'s cuja empresa matriz se encontra localizada nestes países. Isso não significa porém que nas mesmas não tenham posição dominante os capitais das E.T.'s dos países industrializados.

COORDENAÇÃO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Paralelamente à proliferação de bases militares e ao esforço dos EUA para controlar militarmente a Bacia do Pacífico, assistimos ao florescimento das Organizações e Associações Económicas que hoje englobam quase todos os países asiáticos do Pacífico e da Oceânia. Do estudo atento às condições e formas que rodearam o seu aparecimento, ressalta em todos os casos o empenhamento dos EUA, o que não deixa de ser revelador da preocupação norte-americana em controlar o desenvolvimento económico.

Em 1947, foi fundada a Comissão do Pacífico Sul, com sede em Noumea, Nova Caledónia, cujo objectivo era a coordenação da política das potências administrantes em relação aos territórios coloniais.

O Plano de Colombo, surgiu em 1950, como a primeira organização de cooperação económica que englobou alguns países da Bacia do Pacífico e ainda o Reino Unido.

Em 1966 é criado o Conselho Asiático e do Pacífico (ASPAC), com sede em Bangkok, Tailândia, com o objectivo de promover a cooperação económica entre os países membros.

A Associação dos Países do Sueste Asiático (ASEAN), surge em 1967, com o fim de apoiar a aceleração do desenvolvimento económico, cultural e social da região. Fundada pela Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura e Tailândia e a que recentemente se juntou o Brunei, teve o apoio activo dos EUA que viram nesta associação, a possibilidade de minimizar os efeitos da já então receada derrota no Vietname. A assinatura - em 1975 - do acordo de neutralidade face aos EUA, longe de prejudicar a estratégia americana, permite reforçá-la pelo campo diplomático. A Indonésia, em cujo o capital funciona a sede da ASEAN, beneficiou extraordinariamente, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista político, da criação desta associação e tem constituído, no campo diplomático, um importante ponto de apoio à política dos EUA no sueste asiático.

A Comissão para a Cooperação Económica do Pacífico Sul (SPEC), fundada em 1973, integra a maior parte dos países da zona oceânica do Pacífico e propõe-se promover a cooperação e consulta entre os países membros, no campo do Comércio Internacional, Transportes e Comunicações, Turismo e protecção do meio ambiente.

Em 28/2/75 é assinada a 1ª Convenção de Lomé, que estabelece as normas comerciais e a cooperação económica e financeira entre a CEE e 46 países da

África, das Caraíbas e do Pacífico e, reformula e substitui o Acordo de Arusha de 1968 e o Tratado de Yaundé de 1969.

Merece ser destacado, pela importância que tem para o financiamento e desenvolvimento económico, a criação em 1966, do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), com sede em Manila, Filipinas, com o objectivo de apoiar os projectos de desenvolvimento dos países membros.

As Agências das Nações Unidas e outras instituições internacionais, vêm manifestando crescente interesse pelo Pacífico. Passada a fase da exploração das matérias primas e dos combustíveis, entra-se agora numa nova era da exploração das potencialidades daquela zona, crescendo de importância a oferta de mão-de-obra barata e os mercados potenciais para produtos finais, que representam as populações daqueles países. Para isso é necessário trazer a produção ao mercado, criando poder de compra às populações e lançando indústrias que constituam simultâneamente mercados para o escoamento de produtos primários, criação de postos de trabalho, e produzam os bens finais virados simultâneamente para o mercado externo e interno.

A primeira fase de intervenção nos destinos económicos da zona asiática e da zona oceâncica do Pacífico consistiu, como vimos, na organização e alargamento de mercados através da constituição de associações de cooperação económica.

CONSIDERAÇÕES

Tudo parece apontar para um grande arranque no desenvolvimento económico da Bacia do Pacífico. Precisando melhor, os elementos económicos, financeiros e organizacionais que apresentamos, indicam que o processo está já em marcha. Mas o processo vai ser longo e o caminho não se apresenta livre de obstáculos para estruturas económicas débeis a assentes em recursos cujos mercados se vêm revelando extremamente instáveis. Os países cuja economia depende fortemente do petróleo, como é o caso da Indonésia e do Brunei, poderão derrapar a meio do caminho se a crise petrolífera se continuar a agravar no sentido da retracção da procura. Enquanto não criarem uma estrutura industrial sólida, estes países estarão sempre na dependência da conjuntura económica dos países industrializados. A fase do lançamento e alicerce dos sectores chave do processo de industrialização, por muito acelerada que seja, leva alguns anos durante os quais a fragilidade das estruturas económicas face à conjuntura das grandes potências compradoras dos recursos naturais e financiadoras do processo, se assemelha à de um bébé perante o perigo de uma corrente de ar.

Há uma questão de fundo que fica por tratar neste artigo, apesar de não ter estado ausente das nossas preocupações.

Quem são os receptores do desenvolvimento? Referimos algures que a situação sócio-económica degradante em que vivem as populações asiáticas da Bacia do Pacífico e da maioria dos minúsculos países e territórios da Oceânia, permite antever uma aderência a um processo de desenvolvimento financiado pelo capital internacional, desde que este estabeleça a determinados parâmetros. Nessas condições, não se poderá negar algum benefício material imediato para a generalidade das populações. Mas recusamos extrair conclusões de que isso signifique, a longo prazo, um benefício líquido. São tantos e tão complexos os parâmetros a equacionar, que não nos atrevemos a pisar caminhos cujas encruzilhadas desconhecemos.

Uma conclusão parece poder tirar-se. A concentração do poderio militar americano na Bacia do Pacífico enquadra-se numa estratégia militar dos EUA na Pacífico. Esta parece estar subordinada a uma estratégia económica de longo prazo que visa o controlo das matérias primas e a garantia dos mercados para a colocação dos seus produtos.

Mas surgem alguns sinais contraditórios nesta estratégia. Dominando militarmente a zona, os EUA têm, estado a perder terreno a favor do Japão, no campo económico. As duas potências industriais, aliadas políticamente, travam uma renhida guerra no domínio económico e tecnológico. Guerra que o Japão parece estar apostado a ir desencadeado por etapas, sem grandes convulsões, para não fazer perigar o equilíbrio financeiro internacional altamente dependente da sanidade da economia norte-americana e de não hostilidade, nos momentos difíceis, por parte dos países seus aliados.

O jogo das alianças/contradições na Bacia do Pacífico é, porém, bastante complexo e não é fácil prever a sua evolução. Definida está a rivalidade EUA e Japão, por um lado, e URSS, por outro. Qualquer destes três países procuram actualmente manter boas relações (ou pelo menos relações de convivência pacífica) com a China, política que parece ser a que mais interessa, na conjuntura actual, ao país mais populoso do mundo. Mas a China não terá uma estratégia própria, independente de cada um dos blocos? Qual influência irá ter este país a longo prazo no xadrez político e nas relações económicas da Bacia do Pacífico?

E a questão de domínio da zona, o sucesso ou não da estratégia americana de fazer do Pacífico o seu "mares nostrum" não depende apenas do jogo das grandes potências. A heterogeneidade de etnias e de crenças religiosas é tão grande que pode em qualquer momento desencadear conflitos internos de consequências imprevisíveis.

Face a esta complexa situação coloca-se a pergunta: qual o grau de autonomia que a questão Timor-Leste ganha nas relações internacionais? Qual a margem de manobra do Estado Português?

Aceitando nós como induscutível o direito do povo manbere à sua autodeterminação, cabe perguntar qual o papel que Portugal, através de Timor-Leste, poderia desempenhar nas relações entre a Europa e o Sueste Asiático se tivesse assumido ou puder ainda vir a assumir posições de maior coerência política na defesa daquele direito?

Bibliografia

Banco Mundial (1985), World Developmente Repport, Nova Iorque.

BIT (1983) Annuaire des Statistiques du Travail.

Chesneaux, J. (1981),"Peuples de Melanesie Face au Modernisme", in Le Monde Diplomatique, Septembre, 1981.

Chintayrangsan, R. "ASEAN's Primary Commodity Exports" in ASEAN and Pacific Economic Co-operation, Development Papers, nº 2, ESCAP, Bangkok.

FAO (1984) - Anuário da Produção, Nova Iorque.

FAO (1984) - Anuário do Comércio, Nova Iorque.

FMI (1984) - International Financial Statistics, Nova Iorque.

FMI (1984) - International Financial Statistics, Supplement on Balance of Payments, nº 7, Nova Iorque.

Magalhães, A. Barbedo de (1985) - Uma Introdução à Indonésia, Porto.

OMS (1984), World Health Statistics, Genebra.

ONU (1985), Monthly Bulletin of Statistics, Julho de 1985, Nova Iorque.

ONU (1983), Anuário Demográfico, Nova Iorque.

ONU (1984), Satistical Yearbook, Nova Iorque.

ONU (1985), National Accounts Statistics: Analysis of Main aggregats 1982 Nova Iorque.

Pigott, Charles (1985), Financial Reforms and the Role of Foreign Banks in Pacific Basin Nations, Federal Reserve Bank of San Francisco.

Soesastro, Hadi (1983), Institutional aspects of ASEAN Pacific Economic Co-operation in ASEAN and Pacific Economic Co-operation, Development Papers, nº 2, Bangkok.

UNCTAD (1984), Handbook of International Trade and Development, Nova Iorque.

UNCTAD (1984), Statistical Pocketbook, Nova Iorque.

UNESCO (1984), Statistical Yearbook, Genebra.

UNESCO (1984), Statistical Digest, Genebra.

Viviani, Nancy (1985), Australia-Indonesia Relations - Bilateral Puzzles and Regional Perspectives, Center for the Study of Australian--Asian Relations, Griffith University, Austrália.

Wilson, Dick (1985), "The Pacific Arrives" in The Banker, Julho de 1985.

Yeats, Alexander, "China's Recente Export Performance: Some Basic Features and Policy Implications", in Development Change, SAGE Publications, London.

Índice

Nota Introdutória 1

Em que condições vivem os povos do Sueste Asiático 6

Situação financeira 14

Que há de fascinante na Ásia do Pacífico 21

Comércio Externo 28

Crescimento económico e estrutura da produção 36

Transnacionalização do Processo 43
(breves comentários)

Coordenação do Comércio e do Desenvolvimento Económico 45

Considerações finais 47

Bibliografia 49

Quadros

Quadro 1 : 3
Quadro 2: Alguns factores sócio-económicos 9
Quadro 3: Balança alimentar 11
Quadro 4: Índices de produção alimentar 13
Quadro 5: Dívida externa e serviço de dívida 16
Quadro 6: Estrutura da dívida externa por grandes zonas do Terceiro Mundo . 18
Quadro 7: Reservas internacionais excepto ouro 20
Quadro 8: Índices de produção agrícola 27

Quadro 9: Estrutura das exportações 32
Quadro 10: Estrutura das importações 35
Quadro 11: Evolução da produção nas principais zonas do Mundo 38
Quadro 12: Produção e sua estrutura sectorial 40